

Ata da 26ª Reunião Ordinária da
Comissão de Defesa do Consumidor e
Relações de Trabalho, realizada em
15/04/2026.

SÍNTESE DA ATA – *No dia 15/04/2026, a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho realizou a 26ª Reunião Ordinária, com a **aprovação de audiências públicas** para tratar dos seguintes temas: “Tarifa diferenciada do sistema ferry-boat nos finais de semana”; “Prestação de serviços da Coelba”; “Sistema ‘Kiss and Fly’ e outras tarifações de serviços do Aeroporto Internacional de Salvador” e “Fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab) aos pequenos agricultores”. **Não houve apreciação de projetos de lei ou outras matérias.** Srs. **Deputados presentes:** Júnior Muniz; Fátima Nunes; Euclides Fernandes; Pedro Tavares; Roberto Carlos; Tiago Correia e Marcinho Oliveira. **Horário de abertura:** 10h30. **Horário de encerramento:** 11h28.*

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às dez horas e trinta minutos, na Sala Dep. Jairo Azi, destinada aos seus trabalhos, reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho, presidida, inicialmente, pela Sr.^a Deputada Fátima Nunes, com a presença dos seguintes Srs. Deputados-membros: Euclides Fernandes, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Tiago Correia e Marcinho Oliveira. A Sr.^a Presidente abriu os trabalhos informando que, assim que fosse reestabelecido o quórum para votação, colocaria em pauta a aprovação de uma audiência pública para tratar da limitação de tempo de parada no desembarque no Aeroporto Internacional de Salvador, além das taxas praticadas e as dificuldades enfrentadas por motoristas de aplicativos e taxistas no local. Ressaltou que a comissão também defende os trabalhadores enquanto consumidores e prestadores de serviços. Em seguida, concedeu a palavra ao Sr. Deputado Euclides Fernandes, que enfatizou a relevância do colegiado em acompanhar as relações de consumo e buscar soluções para os problemas que afetam os consumidores baianos, sempre à luz do Código de Defesa do Consumidor. O Sr. Deputado Roberto Carlos informou que apresentou um projeto de indicação ao governador, questionando a cobrança de tarifas mais altas pelo sistema ferry-boat aos finais de semana e feriados, argumentando que, pela lógica econômica de oferta e demanda, o aumento do fluxo de passageiros deveria resultar em preços mais baixos. Propôs que essa situação seja comunicada ao governador Jerônimo Rodrigues, para que entre em contato com a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia (Agerba), para acordar que os passageiros que utilizam o transporte através de ferry-boat possam pagar o mesmo valor que os praticados nos demais dias da semana. A Sr.^a Deputada Fátima Nunes considerou o projeto do Sr. Deputado Roberto Carlos muito justo e um tema crucial para debate, especialmente considerando a futura ponte que ligará Salvador a Itaparica. O Sr. Deputado Roberto Carlos continuou a discorrer sobre a ponte Salvador-Itaparica, elogiando as obras entregues pelo governador Jerônimo Rodrigues. Em seguida, a Sr.^a Deputada Fátima Nunes transferiu a presidência da reunião para o Sr. Deputado Júnior Muniz, mas antes solicitou a inclusão de uma nova audiência pública para debater os

problemas do consumo de energia elétrica, citando as altas contas e a deficiência nos serviços prestados pela Neoenergia/Coelba, que impactam a agricultura familiar, poços artesianos, irrigação e até hospitais, exigindo prestação de contas da empresa. O Sr. Deputado Júnior Muniz agradeceu a condução da reunião feita pela Sr.^a Deputada Fátima Nunes. Propôs que os próximos encontros fossem transformados em audiências públicas, para facilitar o debate de temas como o sistema "*Kiss and Fly*", implementado no Aeroporto Internacional de Salvador, questionando a base legal para esse tipo de procedimento. Destacou também as taxas de pouso, decolagem, embarque e hangaragem (estacionamento) cobradas no aeroporto, as quais considerou exorbitantes. Outro tema abordado foi o serviço prestado pela Neoenergia/Coelba, muitas vezes de forma deficitária, sem o devido fornecimento de energia para escolas e hospitais, impedindo o funcionamento do serviço público e prejudicando também pequenos produtores. Ao mesmo tempo, alertou sobre a falta de discussão e diálogo sobre a renovação na concessão da empresa. Por último, comentou sobre o método de fiscalização da Agência de Defesa Agropecuária da Bahia (Adab), que tem apreendido e destruído produtos de pequenos comerciantes no interior. Colocou em pauta também a questão das tarifas cobradas no sistema ferry-boat. O Sr. Deputado Euclides Fernandes parabenizou os trabalhos da comissão e manifestou apoio à discussão sobre o ferry-boat e os critérios utilizados para a cobrança exorbitante das taxas aos finais de semana e feriados. Questionou a legalidade da renovação da concessão da Coelba sem a participação do estado e os problemas generalizados de serviço da empresa. Também criticou as taxas e a limitação de tempo no Aeroporto de Salvador, além da redução de voos regionais, como nas cidades de Jequié e Vitória da Conquista. Defendeu a realização de audiências públicas e a retomada das reuniões itinerantes da comissão. O Sr. Deputado Júnior Muniz esclareceu que as audiências públicas devem ser aprovadas pelo colegiado e concordou com a retomada das reuniões itinerantes para discutir temas como os relativos aos serviços da Coelba e da Embasa. O Sr. Deputado Roberto Carlos reforçou a necessidade de debater as tarifas do ferry-boat cobradas aos finais de semana e feriados e criticou a renovação da concessão da Coelba pelo Ministério de Minas e Energia sem a aprovação da Assembleia Legislativa, sugerindo que a comissão solicite informações ao ministério através de requerimento. Sugeriu também o convite a algum representante da Agerba para esclarecimentos sobre a questão das taxas cobradas no ferry-boat. O Sr. Deputado Júnior Muniz colocou em votação todos os temas ora abordados na audiência, sendo aprovados por unanimidade. A data das audiências serão posteriormente definidas. Reiterou a questão das taxas exorbitantes cobradas em operações diversas no Aeroporto de Salvador. Destacou a gravidade das ações da Adab em fiscalizações contra pequenos produtores no interior da Bahia, citando como exemplo situações ocorridas nas cidades de Juazeiro, Ouro-lândia e Jacobina, em que feirantes perderam cerca de 300kg de carne ou leite, descartados pelos fiscais, causando prejuízos aos trabalhadores. Prometeu convidar o diretor da agência para buscar alternativas que protejam os pequenos comerciantes. Com a palavra, o Sr. Deputado Roberto Carlos retomou uma fala do Sr. Senador Jaques Wagner, então governador da Bahia, afirmando que a Adab era uma instituição mais punitiva do que orientadora. Informou que procurou o então governador para pontuar sobre a necessidade da agência orientar os produtores a se profissionalizarem e aderirem à formalidade. Solicitou a convocação de um representante do órgão para fornecer mais informações. O Sr. Deputado Marcinho Oliveira apoiou a flexibilização da fiscalização da Adab para pequenos produtores rurais, que enfrentam altos custos de transporte para abater animais

em frigoríficos distantes, e também elogiou a iniciativa de debater as altas tarifas e novas cobranças do Aeroporto Internacional de Salvador pela empresa responsável por essa cobrança. O Sr. Deputado Euclides Fernandes ponderou que, embora compreenda a situação dos pequenos produtores, a saúde pública é o princípio maior e a Adab cumpre um papel essencial na fiscalização para garantir a qualidade da carne, sugerindo que o governo invista em frigoríficos e abatedouros para formalizar a produção. O Sr. Deputado Marcinho Oliveira concordou com a importância da saúde pública para a produção em larga escala, mas defendeu um regramento diferenciado para o produtor artesanal, que abate poucos animais para consumo local, citando sua própria experiência de vida. O Sr. Deputado Euclides Fernandes reiterou que a saúde pública deve prevalecer, questionando as condições higiênicas dos abates informais e defendendo a expansão de abatedouros e frigoríficos com apoio do governo. O Sr. Deputado Tiago Correia parabenizou a comissão e trouxe à tona a questão da aviação regional no estado, informando que a Azul Linhas Aéreas planeja substituir aeronaves maiores por menores e reduzir a frequência de voos para a cidade de Vitória da Conquista, triplicando os preços, diminuindo o acesso ao serviço e prejudicando a população. Solicitou uma nova audiência pública com a empresa e um posicionamento firme do governo. O Sr. Presidente registrou a presença do prefeito do município de Barra do Mendes e de companheiros de Camaçari. O Sr. Deputado Marcinho Oliveira apoiou o Sr. Deputado Tiago Correia, lembrando de uma audiência anterior em Brasília. Criticou a empresa Azul por não manter os voos regionais apesar dos incentivos fiscais do estado e dos preços exorbitantes cobrados, mesmo em voos com alta ocupação. Nada mais havendo a ser discutido, o Sr. Presidente encerrou a presente reunião, às onze horas e vinte e oito minutos, cujo inteiro teor encontra-se gravado na Secretaria-Geral das Comissões. E eu, Gabriel Venâncio Côrtes, secretário desta comissão, lavrei a presente ata, a qual, lida e aprovada, será assinada por todos, para que produza os efeitos legais. Sala das Comissões, 15 de Abril de 2026.

Deputado Júnior Muniz

Deputada Fátima Nunes

Deputado Euclides Fernandes

Deputado Pedro Tavares

Deputado Roberto Carlos

Deputado Tiago Correia

Deputado Marcinho Oliveira